

Juliana Abrusio [Coord.]

covid-19

impactos jurídicos na tecnologia

Albert Camus, Ana Cláudia Ruy Cardia Atchabahian, Ana Maria Roncaglia, André Norberto Carbone de Carvalho, André Ramos Tavares, Armando Luiz Rovai, Beatriz Ferruzzi Sacchetin, Bruna Angotti, Bruno César Lorencini, Caio César Carvalho Lima, Camilo Zufelato, Carlos Augusto de Assis, Caterina Flick, Daniel Fideles Steinberg, Douglas Telpis Ferrante, Ettore Tarcisio Zamidi, Fabiano Del Masso, Fabio Domingues Pereira Sabino, Fábio Ramazzini Bechara, Felipe Chiarello de Souza Pinto, Fernanda Torres Volpon, Fernanda Villela Viana, Flavia Pereira de Moraes, Georges Abboud, Gianpaolo Poggio Smanio, Giovani Agostini Saavedra, Guilherme Madeira Dezem, Gustavo Ferraz de Campos Monaco, Humberto Barrionuevo Fabretti, Irene Patricia Nohara, João Eduardo Lopes Queiroz, João Roberto Gorini Gamba, Juliana Abrusio, Juliana Santos Garcia, Lara Rocha Garcia, Luciano Benetti Timm, Luiz Felipe Rosa Ramos, Maite Cecília Fabbri Moro, Marcelo de Castro Cunha Filho, Marco Aurélio Florêncio Filho, Maria Rita Neiva, Mariana Barboza Baeta Neves Matsushita, Marilda Rosado de Sá Ribeiro, Mário André Machado Cabral, Nicolas Eric Matoso Medeiros de Souza, Orly Kibrit, Paola Cantarini Guerra, Patricia Tuma Martinss Bertolin, Paulo Eduardo Lilla, Paulo Sérgio Nogueira Salles Júnior, Regina Stela Corrêa Vieira, Rodrigo Camargo Aranha, Rony Vainzof, Samuel Ricardo de Paulo, Vicente Bagnoli, Vincenzo Ambriola, Willis Santiago Guerra Filho

A pandemia como oportunidade de intercâmbio acadêmico e científico por meio de uma internacionalização inclusiva

Gustavo Ferraz de Campos Monaco¹

1. Introdução

Universitas é uma palavra latina que teria sido formada provavelmente no século XIV pela contração de *unus* e *vertō*. *Unus* representaria a ideia de unidade e aparece também na origem da palavra universo. *Vertō* significaria tanto voltar, tornar, quanto torcer. Juntas, assumem a função de designar aquilo que torna à unidade, congregando todo o saber possível. O sufixo latino *tas*, cuja função em português contemporâneo é exercida pelo sufixo *dade*, traz o significado de agente de qualidade.

Assim, universidade seria o *locus* dotado da qualidade da universalidade do saber, a qualidade da unidade do saber. Não só do saber transmitido, mas também do saber construído. Nesse cenário, ensino e pesquisa se inter-relacionam e se complementam, implicando-se mutuamente, como diria Miguel Reale, para quem “no universo da cultura, o centro está em toda parte”, como consta da inscrição lançada ao pé da escultura situada na Praça do Relógio, no campus da Universidade de São Paulo.

Nesse sentido, congregar pesquisadores de diversas áreas fez, durante muito tempo, a riqueza da universidade. O conhecimento ali construído e burilado era ali mesmo ensinado e difundido.

¹ Professor Titular de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde preside a Comissão de Cooperação Internacional e Nacional (CCInN); Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Coordenador do Curso de Direito da Universidade Anhembi Morumbi. Consultor.

No entanto, a ideia de unidade do saber possível pode ser, em algumas circunstâncias, falsa e temerária. Ensinadas, as universidades podem perder seu vigor e voltar-se para atividades redundantes, viciadas em certos paradigmas que tendem a se perpetuar². O olhar crítico faz falta quando a universidade se pasteuriza.

Proceder à extensão desse saber para além do grupo universitário ganha, assim, uma relevância crucial para o sentido da própria universidade. Sem atingir o público externo, a pesquisa ali desenvolvida tende a ser vista como obsoleta e temerária, repetitiva e, em alguma medida, embolorada. E ainda que a pesquisa dita básica ali realizada se mostre vital para o desenvolvimento futuro de uma tecnologia de ponta, capaz de trazer benefícios à sociedade, é papel da universidade protagonizar a percepção social dos impactos que o conhecimento produzido e ensinado em seu interior é capaz de desempenhar por meio da extensão universitária³.

Não por outra razão, cedo os pesquisadores universitários lançaram-se à discussão transversal de suas pesquisas, submetendo-as à revisão por pares, aos critérios éticos que devem presidir sua elaboração, condução e divulgação de resultados e às estratégias para reduzir a endogenia na elaboração do saber (examinadores externos, comitês formados por pesquisadores externos para avaliar os méritos de projetos, avaliação de estrutura de pesquisa por comissões formadas por membros de outras universidades etc.).

Além disso, a estratégia de diversificar o local de formação do pesquisador, com estudos completos ou estágios de pesquisa em outros centros universitários nacionais ou estrangeiros sempre teve um papel de destaque na formação do pesquisador universitário⁴.

As facilidades tecnológicas quanto aos meios de comunicação e a redução de barreiras para o acesso ao conhecimento colocaram em evidência a internacionalização como item necessário na agenda uni-

² Veja-se, a esse respeito, KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas* [The structure of scientific revolutions]. Trad. Beatriz Vianna Boeira; Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

³ Preocupação que já estava presente em 1935 no discurso do então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ALMEIDA PRADO, A. de. *A função cultural do ensino*. In: FFCL-FFLCH/USP. *Anuário 1934-1935 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 [edição fac-similar], p. 23.

⁴ LAFER, Celso. Apresentação. In: TEIXEIRA, Mônica. *Circa 1962, a ciência paulista nos primórdios da FAPESP*. São Paulo: FAPESP, 2015, p. 6. Ver, também, VILELA, Suely; LAJOLO, Franco Maria. *USP 2034: Planejando o futuro*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 17.

versitária, muito embora a ciência tenha sido, desde os primórdios, uma atividade internacional⁵.

Nesse sentido, a hipótese de que se parte é a de que a pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, também conhecido como novo coronavírus, causador da Covid-19, ao mesmo tempo em que forçou o isolamento social e afastou diversos pesquisadores de seus laboratórios e de suas bibliotecas, pode ter tido um impacto positivo no fluxo do conhecimento acadêmico e científico, proporcionando uma difusão científica mais inclusiva. Barreiras como custos para o financiamento de estágios de pesquisa no exterior deram lugar a uma nova forma de fazer e difundir ciência, em que apenas o fuso-horário parece ser um efetivo entrave para a verdadeira universidade: aquela que se nutre da qualidade da unidade do saber.

2. A Universidade no Brasil

A saga universitária brasileira constitui-se numa experiência tardia, com início efetivo e perene apenas em 1934, quando fundada a Universidade de São Paulo. Até então, a estratégia governamental fora a de estabelecer Faculdades, Escolas e Institutos isolados e responsáveis pelo ensino e a pesquisa em uma área do saber ou de uma expressão parcelar do conhecimento. Mas mesmo essa criação foi bastante retardada, pois nunca houvera, por parte da metrópole portuguesa, interesse em instituir centros de instrução superior – nem sequer para as formações ditas profissionais – na colônia, obrigando-se os interessados a se dirigirem à metrópole para frequentar cursos universitários.

Foi apenas com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves e a subsequente transferência da família Real e do Trono português para Salvador, que se autorizou o funcionamento de uma Escola de Cirurgia, em 1808, com sede em Salvador, com efetiva instalação e início de funcionamento em 1812⁶, e uma Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, também em 1808, no Rio de Janeiro, instalada em 1813⁷.

⁵ LAFER, Celso. Mundo, Ciência, Diplomacia. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*. Brasília: FUNAG, p. 693-696, 2018, p. 694.

⁶ “D. João VI assinou, em 18 de fevereiro de 1808, o documento que mandou criar a Escola de Cirurgia da Bahia, no antigo Hospital Real Militar da Cidade do Salvador, que ocupava o prédio do Colégio dos Jesuítas, construído em 1553, no Terreiro de Jesus”. FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. *Histórico*. Disponível em <http://www.fameb.ufba.br/institucional/historico>. Acesso em 20 de junho de 2020.

⁷ FACULDADE DE MEDICINA UFRJ. *História da Faculdade de Medicina*. Disponível em <https://www.medicina.ufrj.br/pt/conteudos/paginas/historia/principal>. Acesso

As próximas Faculdades, que se encarregariam do ensino do Direito, só seriam criadas cinco anos depois da Proclamação da Independência e instauração do Império do Brasil, em 1827.

Entre a independência e a Proclamação da República, os setenta e dois anos de Regime monárquico assistiram à criação de apenas três faculdades: as já mencionadas Faculdades de Direito (em São Paulo e Recife) e a Escola Politécnica no Rio de Janeiro (muito embora essa Escola encontre sua origem na Academia Real Militar, fundada em 1810, ainda no Brasil-colônia e rebatizada em 1874, quando foi transferida da gestão do Ministério do Exército para o Ministério do Império)⁸. Existiam, ainda, as duas Faculdades de Medicina criadas em 1808.

De 1889 até 1920, a criação isolada de escolas, faculdades e institutos permaneceu uma constante como “resposta a demandas racionais da sociedade”⁹, como salienta José Goldemberg, e sobretudo em cursos de viés profissionalizante, com foco na formação de advogados, juízes, promotores, delegados, pedagogos, médicos, odontólogos, farmacêuticos, veterinários, engenheiros e agrônomos. Mesmo algumas Universidades foram criadas, como a Universidade de Manaus, em 1909, mas que não vingaram¹⁰, o que pode, certamente, ser imputado à falta de organização e visão estratégica dos governos da época.

A criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, por meio do Decreto 14.343, embora formalizasse o modelo universitário, é apontada como uma experiência de pouca ou mesmo nenhuma integração¹¹. E como muitas das iniciativas do Estado brasileiro, visou mais atender a um aspecto ocasional que efetivar e estruturar uma política pública

em 20 de junho de 2020.

⁸ ESCOLA POLITÉCNICA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *História da Escola Politécnica*. Disponível em http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php. Acesso em 20 de junho de 2020.

⁹ GOLDEMBERG, José. USP 80 anos: contribuições para a ciência e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, José (Coord.). *USP 80 anos*. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 9.

¹⁰ SOUZA, José Geraldo. Evolução Histórica da Universidade brasileira: abordagens preliminares. *Revista de Educação*. Campinas, n. 1, p. 42-58, 2021, p. 51. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/461/441>. Acesso em 21 de junho de 2020.

¹¹ SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico da criação das Universidades no Brasil. *Educação Pública*, v. 19, n. 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em 21 de junho de 2020.

educação
Escolas I
com not
que func
Co:
nutenção
assiste-se
dos curso
instalaçã

A in
Ciências e

¹² “Segundo o historiador, a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro teve como causa ao resultado da Revolução Constitucionalista de 1932. Daí a data da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é 15 de novembro de 1934.” (SOUZA, 2021, p. 42-58). Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/461/441>. Acesso em 21 de junho de 2020.

¹³ SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico da criação das Universidades no Brasil. In: GOLDEMBERG, José (Coord.). *USP 80 anos*. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 9.

¹⁴ GOLDEMBERG, José. USP 80 anos: contribuições para a ciência e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, José (Coord.). *USP 80 anos*. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 9.

do ensino do Direito, à época da Independência

República, os setenta e criação de apenas três Direito (em São Paulo e Rio (muito embora essa Militar, fundada em 1810, quando foi transferida da Rio do Império)⁸. Existiam em 1808.

Faculdades e instituições, faculdades e instituições a demandas racionais e sobretudo em cursos de advogados, juízes, matólogos, farmacêuticos, algumas Universidades em 1909, mas que não dão à falta de organização

em 1920, por meio universitário, é apontada nenhuma integração¹¹. Visou mais atender uma política pública

DO RIO DE JANEIRO. poli.ufpj.br/politecnica_hist.html

ciência e Políticas Públicas. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 9.

idade brasileira: abordagens 42-58, 2021, p. 51. Disponível <http://reveducacao/article/>

Carlos; SOUZA, Fabiano no Brasil. *Educação Pública*, <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/universidades-no-brasil>.

educacional superior¹². Mencionado Decreto determinava a reunião das Escolas Politécnica e de Medicina e da Faculdade de Direito, àquela época com notável ênfase no ensino e quase nenhuma dedicação à pesquisa, e que funcionavam “de forma isolada, sem integração entre suas áreas”¹³.

Como contraponto a essa política desordenada de criação e manutenção de unidades de ensino e mesmo de Universidades, no Brasil, assiste-se à criação da Universidade de São Paulo, em 1934, com a reunião dos cursos profissionalizantes até então em funcionamento na cidade e a instalação de uma unidade. Salienta José Goldemberg, que

“a criação da Universidade de São Paulo foi precedida por intensos debates sobre questões educacionais estimulados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que dedicou grande espaço a este tema. Por exemplo, a criação do Liceu Franco-Brasileiro (Liceu Pasteur) foi objeto de ampla cobertura jornalística e a participação, neste processo, de George Dumas, professor de sociologia da Universidade de Sorbonne, serviu para aproximar intelectuais franceses e brasileiros.

(...)

O que inspirou a criação da Universidade foi a clarividência de um grupo de intelectuais que viram aí a possibilidade de elevar o nível científico e cultura do Estado de São Paulo.

A forma de fazê-lo foi o estabelecimento de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que seria uma espécie de núcleo central irradiador de novas ideias”¹⁴.

A instalação e efetivo funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras valeu-se das chamadas missões estrangeiras (francesa,

¹² “Segundo alguns estudiosos, a razão principal da criação da Universidade do Rio de Janeiro teria disso (*sic!*) a necessidade diplomática de conceder o título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica em visita ao país”. SOUZA, José Geraldo. Evolução Histórica da Universidade brasileira: abordagens preliminares. *Revista de Educação*. Campinas, n. 1, p. 42-58, 2021, p. 51. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/461/441>. Acesso em 21 de junho de 2020.

¹³ SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico da criação das Universidades no Brasil. *Educação Pública*, v. 19, n. 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em 21 de junho de 2020.

¹⁴ GOLDEMBERG, José. USP 80 anos: contribuições para a ciência e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, José (Coord.). *USP 80 anos*. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 9-10.

italiana e alemã), organizadas em visitas que o então Diretor nomeado e Professor da Escola Politécnica, Teodoro Augusto Ramos, realizou aos governos estrangeiros dos países mencionados,

“em virtude dos quais pôde o Governo de São Paulo contratar, em magníficas condições, eminentes professores, algumas das maiores notabilidades nos diversos ramos do ensino. Na França e na Itália, os respectivos governos mantiveram aos professores contratados para a Universidade de São Paulo, todas as vantagens e garantias dos respectivos cargos inclusivé a remuneração e contagem do tempo durante todo o prazo do contrato” [mantida a grafia original]¹⁵.

Essa importante experiência de internacionalização do ensino e da pesquisa em moldes institucionais foi suplantada por décadas de personificação dos intercâmbios científicos internacionais, em que a relação científica pessoal se dava em razão de contatos estabelecidos *in loco* ou *ex ante*, mas que – ao mesmo tempo – abria a possibilidade de extensão de tais contatos a outros membros da equipe de pesquisadores¹⁶.

¹⁵ FFCL-FFLCH/USP. *Anuário 1934-1935 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 [edição fac-similar], p. 224, onde consta a listagem nominal dos docentes estrangeiros recepcionados. À p. 226 há notícia dos professores que retornaram a seus países de origem e daqueles que iniciariam, no segundo ano, a lecionar. Dentre eles, Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss, “que acabaram por se tornar os nomes mundialmente mais conhecidos da História e da Antropologia”, como salientaram os membros da comissão que organização a publicação do fac-símile (p. 6). Strauss foi substituído por Roger Bastide no início dos anos 40. Em 1954, quando retornou para a França, foi substituído por Florestan Fernandes. A respeito: TEIXEIRA, Mônica. *Circa 1962, a ciência paulista nos primórdios da FAPESP*. São Paulo: FAPESP, 2015, p. 106.

¹⁶ Veja-se, a respeito, a descrição dos primeiros projetos de pesquisa que obtiveram fomento da FAPESP, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Na área das Ciências Humanas, o Projeto contratado e capitaneado pelo sociólogo Florestan Fernandes previa o custeio de duas viagens para o exterior de dois jovens doutores que integravam sua equipe de pesquisa e que estudaria as empresas industriais do estado de São Paulo, então em franca expansão industrial, o que se faria a partir de dados sobre sociologia rural e do trabalho que seus assistentes colheriam, respectivamente, na London School of Economics e na École Pratique des Hautes Études, em Paris: Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso aprofundavam, assim, sua inserção internacional. TEIXEIRA, Mônica. *Circa 1962, a ciência paulista nos primórdios da FAPESP*. São Paulo: FAPESP, 2015, p. 28.

3. Busca pela internacionalização: motor de um certo desenvolvimento acadêmico e científico

Apenas no início do presente século, talvez como um reflexo tardio da globalização, mas, certamente, como consequência de uma atividade impulsionadora dos órgãos governamentais de controle e fiscalização do ensino superior e do ensino pós-graduado é que se assiste ao estabelecimento de uma política, que se espera institucional, de internacionalização.

Baseada no intercâmbio de pessoas, por meio da mobilidade de docentes, discentes e pesquisadores que se realizaria preferencialmente de modo bilateral, e na formalização de acordos de cooperação acadêmico-científica com instituições de ensino e pesquisa internacionais, garantia-se, também, a criação de redes de pesquisa multilaterais e que pudesse congregar universidades de diversas origens para a pesquisa ordenada de temas relevantes. Assiste-se, ademais, a um incremento no número de acordos que visavam a criação de cursos de graduação e pós-graduação tendentes ao fornecimento de dupla titulação, válida em ambas as nações em que sediadas as instituições mantenedoras e certificantes.

Parte-se, assim, de uma lógica de reconhecimento dos títulos obtidos no exterior, baseada em modelos clássicos, para uma lógica de cogestão que permite a dupla ou múltipla certificação.

3.1. Reconhecimento e cogestão

Impossível não fazer, nesse passo, um paralelo com os modelos que, no Direito Internacional Privado, se estabeleceram de modo concomitante ou sucessivo.

De fato, passa-se de uma lógica exclusivamente construída para a análise *a posteriori* do curso frequentado no exterior a partir de parâmetros prévios como carga horária, exigência ou não de apresentação de dissertação ou tese, grade curricular, densidade científica do orientador ou supervisor, num típico caso de relações constituídas no exterior e que demandam reconhecimento no foro, para uma análise *ex ante* em que tais fatores são avaliados de modo amalgamado a partir de uma vinculação institucional mais efetiva dos coorientadores, de suas pesquisas e da solidez dos resultados esperados, onde se verifica o acento nas medidas de cooperação efetiva¹⁷.

¹⁷ Do autor, veja-se, por último: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos, *Conflitos de Leis no Espaço e Lacunas (Inter)Sistêmicas*, São Paulo, Quartier Latin, 2019.

Uma política baseada no reconhecimento aplica-se tanto na contratação – definitiva ou temporária – de cientistas estrangeiros para trabalharem como pesquisadores ou professores nas universidades brasileiras, como na continuidade de estudos pelo pesquisador em estágio de formação pós-graduada. Se esse modelo garante a higidez dos títulos concedidos alhures e sua efetividade em solo brasileiro, deve-se apontar a tendência, bastante comum, de querer medir o título obtido no exterior pela régua do sistema brasileiro, o que se configura numa atitude *lexforista* tendencialmente inadequada e que contribui para uma espécie de reserva de mercado que colide com os objetivos do efetivo intercâmbio do saber. Nesses termos, a ordem pública pode e deve servir de parâmetro para obstaculizar o reconhecimento¹⁸. Mas, parece-me que os padrões de análise devam ser, sempre que isso se mostre possível e adequado, aqueles fixados na legislação universitária estrangeira que presidiu a concessão do título acadêmico, reservando-se a negativa de reconhecimento como medida excepcional quando uma mínima simetria estiver ausente.

Por outro lado, uma política de cooperação acadêmica, que cria aprioristicamente os mecanismos necessários para o fluxo natural de pesquisadores e do conhecimento científico entre as nações parece ganhar em previsibilidade na medida em que se diminui a possibilidade de uma análise realizada de modo, por vezes, ambivalente e casuístico.

3.2. Custos e burocracia

É preciso reconhecer, todavia, que esse modelo de fluxo do conhecimento acadêmico-científico demanda altos investimentos. Passagens aéreas, hospedagem, alimentação, as vezes por longos períodos, encarecem quando não inviabilizam o intercâmbio desejado. A burocracia – necessária – para a obtenção de recursos que financiem a empreitada seja com o suporte de agências de fomento nacionais ou estrangeiras, seja das próprias instituições universitárias a que vinculados os pesquisadores sempre representaram um desestímulo a essa desejada internacionalização, transformando-a, muitas vezes, em alternativa para poucos, sobretudo aqueles que possuísem já uma dada inserção internacional que fosse conveniente apoiar, com o intuito de manter ou aprofundar. No entanto,

¹⁸ A respeito, MONACO, Gustavo Ferraz de Campos, *Controle de constitucionalidade da lei estrangeira*, São Paulo, Quartier Latin, 2013, p. 67-89.

aplica-se tanto na
cientistas estrangeiros
ores nas universida-
dos pelo pesquisador
esse modelo garante a
efetividade em solo
comum, de querer
sistema brasileiro, o
cialmente inadequada
mercado que colide
Nesses termos, a
para obstaculizar o
es de análise devam
o, aqueles fixados na
concessão do título
mento como medida
ausente.
ção acadêmica, que
ários para o fluxo
científico entre as
medida em que se di-
de modo, por vezes,

de fluxo do conhe-
estimentos. Passagens
períodos, encarecem
A burocracia – ne-
nem a empreitada seja
ou estrangeiras, seja
lados os pesquisadores
a internacionalização,
poucos, sobretudo
nacional que fosse
profundar. No entanto,

de constitucionalidade da

recursos escassos tornam difícil a empreitada daqueles que desejam iniciar um processo de inserção em redes de pesquisa ou mesmo na simples busca do conhecimento, com a obtenção de bolsas que financiassem estágios de pesquisa em centros ou bibliotecas no exterior.

3.3. O “estar no meio da pirâmide” e o necessário enfrentamento bifronte das circunstâncias

Outro fator impactante nas relações científico-acadêmicas brasileiras com o restante das universidades estrangeiras decorre de uma posição poucas vezes debatida.

Com efeito, a maior parte das universidades e centros de pesquisa brasileiros assumem uma posição específica na busca de sua inserção internacional, almejando certo reconhecimento da parte de centros de pesquisa consagrados internacionalmente. E não há nenhum reparo nessa conduta. Todavia, entendo que não deva ser adotada, exclusivamente, essa linha de inserção.

A posição ocupada pelo Brasil, tradicionalmente, no mundo, seja nos aspectos econômico, político, diplomático e, também, científico, é uma posição intermediária. Olhar para o topo da pirâmide, quando se encontra inserido num estrato intermediário pode representar o desejado motor para o desenvolvimento científico nacional e a consequente inserção na elaboração da ciência global. O que não se defende é a atitude de olhar apenas para o topo dessa “cadeia alimentar”.

A circunstância de se estar situado numa camada intermédia do desenvolvimento científico e na percepção da medida de impacto que essa ciência é capaz de desempenhar exige das universidades, dos centros de pesquisa, dos pesquisadores e dos cientistas uma postura bifronte: ao mesmo tempo em que se deve olhar para cima, isto é, para a pesquisa de ponta realizada em grandes centros, pois essa atitude pode auxiliar a inserção internacional, também é necessário reconhecer que uma *verdadeira* inserção internacional se faz efetiva quando acompanhada de outro importante fator: o da transferência do conhecimento àqueles que ainda não o dominavam. Quando se olha para baixo, ou seja, para a pesquisa realizada em centros menos óbvios de pesquisa e difusão científica, garante-se, do mesmo modo, inserção internacional, mas uma inserção que se faz acompanhar por uma difusão social do conhecimento desenvolvido naquele centro.

4. Pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, fluxo de conhecimento acadêmico e científico e difusão inclusiva

O momento pandêmico atual, ante o excepcional fator de transmissibilidade da infecção causada pelo vírus Sars-Cov-2, conhecido também como novo coronavírus, tem contribuído para a diminuição global do fluxo de indivíduos, seja no deslocamento internacional, intermunicipal ou mesmo local, afetando também, consequentemente, a realização de congressos, simpósios, além de outras atividades acadêmico-científicas.

O fluxo do conhecimento acadêmico, assim, parecia sofrer inevitável refreio, o que ocasionou, ao menos num primeiro momento, certa desesperança que se abateu sobre os pesquisadores: o adiamento de pesquisas planejadas, para as quais se tinha obtido o almejado financiamento parecia inevitável. Em certos casos, essa inevitabilidade mostrou-se certa.

Por outro lado, assistiu-se o uso da tecnologia até então conhecida – porém pouco utilizada – assumir uma intensidade jamais imaginada. Bases de dados bibliográficos, tão essenciais para as pesquisas na área das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, foram disponibilizadas a preços acessíveis ou mesmo de forma gratuita. Quando isso não ocorreu, assistiu-se a uma reorganização dos orçamentos das entidades universitárias, com o estabelecimento de prioridades que permitiram a continuidade ou mesmo o aprofundamento de pesquisas de forma remota: afinal, não se iria mais gastar com viagens, podendo-se redirecionar os recursos para outras finalidades que se mostraram, agora, essenciais.

Mas foi, talvez, na difusão do conhecimento, que a tecnologia operou maravilhas até então não imaginadas. Uma resistência que sempre se estabeleceu de modo natural a respeito da participação remota de palestrantes, conferencistas e mesmo professores, passou a se constituir no novo normal: cursos que se desenvolveriam na graduação ou na pós-graduação com a regência de um ou mais docentes vinculados à instituição e de forma presencial foram inundados por participações especiais de colegas de universidades distantes, tornando mais inclusiva a difusão do conhecimento até ali consolidado.

Agregue-se a esses fatos a circunstância de muitas dessas aulas e palestras estarem gravadas e disponibilizadas em plataformas de acesso remoto e universal, por meio da rede mundial de computadores (que não colapsou!).

Essa realidade, que permite um acesso tendencialmente mais democrático ao conhecimento até aqui consolidado, poderá representar uma uniformização de *standards* do saber, se bem gerenciada.

5. Con

Em ce
ceifadas pel
fasagem ec
em seio soc
ensino bási
sível imagi
será alcança

Nem s
saio como o
ao conheci
cultural), d

Rema
dade daque
e eterna do

Terem
dade do sal
que estão d

Referênc

ARAUJO,
50 anos de I

ESCOLA I
DE JANEII
poli.ufpj.br/

FACULDA
<http://www.janei.uff.br/>
junho de 20

FACULDA
Disponível
historia/pri

FFCL-FFL
e Ciências H

GOLDEMI

5. Conclusão

Em consequência, em que pesem (i) as inúmeras vidas humanas ceifadas pela condução de políticas erráticas, (ii) as possibilidades de defasagem econômica que a necessária reconstrução do conviver humano em seio social exigirá, (iii) os riscos imaginados de uma interrupção no ensino básico ou superior que, afinal, não se concretizaram, parece possível imaginar um futuro em que o intercâmbio acadêmico-científico será alcançado a partir de novos moldes, mais inclusivos.

Nem sequer os fuso-horários, imaginados na introdução desse ensaio como óbices potenciais, consistirão efetivos obstáculos para o acesso ao conhecimento (embora possam sê-lo, por vezes, para o intercâmbio cultural), dado o acesso aos repositórios de vídeos disponibilizados.

Remanescerá a necessidade de se separar o conhecimento de qualidade daquele que revela platitudes, mas essa parece ser a atividade efetiva e eterna dos cientistas.

Teremos alcançado, afinal, a universalidade do saber, a almejada unidade do saber? Difícil antever. Mas parece ter sido possível demonstrar que estão dadas as condições para tanto.

Referências

- ARAUJO, Paulo Amarante de *et alli*. *Faculdade de Odontologia de Bauru: 50 anos de história*. Bauru: FOB-USP, 2012.
- ESCOLA POLITÉCNICA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *História da Escola Politécnica*. Disponível em http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php. Acesso em 20 de junho de 2020.
- FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. *Histórico*. Disponível em <http://www.fameb.ufba.br/institucional/historico>. Acesso em 21 de junho de 2020.
- FACULDADE DE MEDICINA UFRJ. *História da Faculdade de Medicina*. Disponível em <https://www.medicina.ufrj.br/pt/conteudos/paginas/historia/principal>. Acesso em 20 de junho de 2020.
- FFCL-FFLCH/USP. *Anuário 1934-1935 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 [edição fac-similar].
- GOLDEMBERG, José (Coord.). *USP 80 anos*. São Paulo: EDUSP, 2015.

- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas* [The structure of scientific revolutions]. Trad. Beatriz Vianna Boeira; Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- LAFER, Celso. Mundo, Ciência, Diplomacia. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*. Brasília: FUNAG, p. 693-696, 2018.
- MONACO, Gustavo Ferraz de Campos, *Conflitos de Leis no Espaço e Lacunas (Inter)Sistêmicas*, São Paulo, Quartier Latin, 2019.
- MONACO, Gustavo Ferraz de Campos, *Controle de constitucionalidade da lei estrangeira*, São Paulo, Quartier Latin, 2013.
- OTTA, Emma; OLIVEIRA, Paulo de Salles; MANNINI, Cynthia Regina Borges Braga (orgs.). *40 anos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, s.d.
- SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico da criação das Universidades no Brasil. *Educação Pública*, v. 19, n. 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em 21 de junho de 2020.
- SOUZA, José Geraldo. Evolução Histórica da Universidade brasileira: abordagens preliminares. *Revista de Educação*. Campinas, n. 1, p. 42-58, 2021. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/461/441>. Acesso em 21 de junho de 2020.
- TEIXEIRA, Mônica. *Circa 1962, a ciência paulista nos primórdios da FAPESP*. São Paulo: FAPESP, 2015.
- UNIVERSIDADE de São Paulo: *Gestão 2010-2014*. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2013.
- VIDIGAL, Allan (pesquisa e texto). *Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: USP, 190 anos*. São Paulo: DBA Editora, 2017.

VILELA, Suely; LAJOLO, Franco Maria. *USP 2034: Planejando o futuro*. São Paulo: EDUSP, 2009.

relações internacionais, pô
Brasília: FUNAG, p.

nos de Leis no Espaço e
2019.

e de constitucionalidade da

CNINI, Cynthia Regina
ologia da Universidade de

Naomar de. *A quarta*
na sociedade do conhecimento. Coimbra: Imprensa da

Jean Carlos; SOUZA, Silvana. Universidades no Brasil. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pe-historico-acerca-da-universidade-brasileira/>. Acesso em 21 de junho de 2020.

Universidade brasileira: São Paulo: UNESP, n. 1, p. 42-58, <http://repositorio.unesp.br/seer/index.php>. Acesso em 21 de junho de 2020.

dista nos primórdios da

14. São Paulo: Imprensa

Direito do Largo de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2017.